

**TÍTULO: AS REPRESENTAÇÕES DE ÁFRICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA.**

Ana Cláudia do Carmo Cedraz<sup>1</sup>  
Mestranda do PPGEAFIN-Uneb  
claudiacedraz2009@hotmail.com

**Resumo:**

A escola é uma instituição que se afirma como locus de transmissão do conhecimento e, portanto, se constitui como espaço de socialização, humanização e formação de indivíduos. Entre os instrumentos utilizados neste espaço para a consolidação da aprendizagem está o livro didático. Este trabalho, objetiva discutir as questões pertinentes ao ensino de História da África na rede municipal de ensino de Valente, município localizado a 246 quilômetros de Salvador, Bahia, dando ênfase a implementação da Lei 10.639/2003. Marcado pelas representações eivadas de estereotípias, o continente africano é apresentado de forma homogênea, caracterizado por discursos e imagens distorcidas dos povos africanos, focando nos aspectos negativos, como atraso, selva, guerras, genocídios, fome, calamidades naturais, AIDS, doenças endêmicas entre outros. Para este trabalho foram feitas análises dos livros didáticos do componente curricular de História, adotados pelas escolas de ensino fundamental II da rede municipal para o período de 2017 a 2019, bem como entrevistas com discentes e docentes da mesma, além da revisão bibliográfica de autores que discutem as questões relacionadas com o Ensino de História, estudos da cultura negra e do continente africano.

**Palavras-chave;** Representações, África e Livros Didáticos

**Abstract:**

**Title: The representations of Africa in the didactic collection of history adopted in the municipal teaching network of the municipality of Valente-Ba.**

The school is an institution that affirms itself as the locus of transmission of knowledge and, therefore, constitutes itself as a space of socialization, humanization and training of individuals. Among the instruments used in this space to consolidation of learning is didactic book. This work, still in development, aims to discuss pertinent questions to History teaching of Africa in the municipal school network of Valente municipality located about 246 kilometers from Salvador, Bahia, emphasizing the implementation of the Law 10.639/2003. Marked by tainted representations of stereotyping, the African continent is presented in a homogeneous way, characterized by distorted discourses and images of African peoples, focusing in negative aspects such as backwardness, jungle, wars, genocides, hunger, natural calamities, AIDS, endemic diseases, etc. For this work were analyzed the textbooks of the curricular component of History, adopted by elementary schools of the municipal network for the period from 2017 to 2019, as well as interviews with students and teachers, besides the bibliographical review of authors

<sup>1</sup>Graduada em Geografia, especialista em Gestão e Educação Ambiental, mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN)- Uneb, campus I.

who discuss issues related to History Teaching, studies of black culture and the African continent.

**Key words;** Representations, Africa and textbooks.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo teve como propósito analisar como os conteúdos com foco para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana são abordados nos livros didáticos adotados nas escolas públicas do Ensino Fundamental do município de Valente. Além dos livros didáticos, este trabalho buscou entender como ocorre a implementação da Lei 10.639/2003, analisando os discursos de alguns estudantes e professores destas instituições, buscando também identificar como se deu o processo de implementação de uma nova realidade escolar que, a partir desta lei, deveria se comprometer com a desconstrução de estereótipos comumente relacionados ao continente africano e com o ensino da história da África.

O continente africano ainda é apresentado nos livros didáticos através de filtros ideológicos que na maioria das vezes retrata o continente de forma homogênea, caracterizado por discursos e imagens distorcidas dos povos africanos e enfocando sempre os aspectos negativos, como atraso, selva, guerras, genocídios, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas etc. Por ser muitas vezes, a única fonte de informação dos alunos e de alguns professores das escolas públicas, o livro didático, assim como as produções cinematográficas contribuem com a construção de estereótipos que povoam a imaginação das crianças e dos adolescentes que assimilam as imagens negativas como verdades absolutas. Para Bittencourt,

O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos que, apesar do preço, consideram-no referencial básico para o estudo; e em todo o início do ano letivo as editoras continuam colocando no mercado uma infinidade de obras, diferenciadas em tamanho e qualidade (BITTENCOURT, 1997:)

Como os livros didáticos chegam até as unidades de ensino? Quais critérios são considerados na escolha destes livros? Como os professores participam deste processo de avaliação e escolha do material que fará parte do seu cotidiano em sala de aula? Estas e outras questões podem ser compreendidas com a leitura do Guia de Livros Didáticos, publicação oficial do Programa Nacional do Livro Didático enviada às escolas.

<sup>2</sup>O Programa Nacional do Livro didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/pnld-historico>

A Resolução/CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>2</sup> para a educação básica. Esta resolução no seu Art. 1º estabelece que o programa deve prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático.

PNLD não se restringe apenas à distribuição de obras aos estudantes de ensino fundamental da rede pública, sendo responsável também pela seleção de livros adequados e que atendam às exigências metodológicas de ensino e aprendizagem que cada disciplina impõe, constituindo-se em um processo oficial de avaliação do livro didático que teve início em 1996. A iniciativa adveio da necessidade de avaliar sistemática e continuamente o livro didático brasileiro e de versar sobre suas características, funções e qualidades por meio de discussão entre os envolvidos na produção e consumo do mesmo

Por conta da importância dada aos livros didáticos é necessário que a sua escolha seja feita de forma criteriosa e por profissionais que estejam atentos a uma série de fatores que podem comprometer a informação apresentada. Quando se trata de analisar a forma como a África é apresentada, principalmente nos livros de História é inevitável perceber o viés etnocêntrico com que os conteúdos são abordados. Entretanto, para além das questões colocadas sobre as representações do continente africano e seus povos nos livros didáticos consumidos pelos estudantes da rede pública municipal de Valente, o presente texto também busca analisar como estas representações impactam de forma negativa na autoestima da população negra das escolas analisadas. Para Chartier

As percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990: 17)

Diante da afirmação colocada por Chartier, cabe os seguintes questionamentos; a quem de fato interessa a perpetuação da ideia de inferioridade dos povos africanos? Como as imagens e os textos apresentados nos livros didáticos contribuem para a construção de uma ideia negativa e inferiorizada da população negra? Ainda segundo Chartier

...esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990: 17)

Para facilitar o estudo da temática africana, o antropólogo Carlos Serrano, docente da Universidade de São Paulo, e o geógrafo Maurício Waldman, colaborador do Centro de Estudos Africanos da mesma universidade, reuniram seus conhecimentos que transitam pelas áreas de Antropologia, Sociologia e Geografia para oferecer aos professores brasileiros, um material que subsidia as abordagens referentes a história da África e afro-brasileira. Desse esforço conjunto resultou o livro *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*.

Nesta perspectiva, o livro traz uma intenção muito clara de resgatar a imagem da África, libertando-a dos estereótipos a que foi histórica e ideologicamente condicionada, e apresentar ao leitor um continente diversificado e rico. O resgate da imagem da África parte da área da Geografia. Comparando diferentes registros cartográficos, por exemplo, os autores afirmam que, “[...] a despeito de ter sido confinada a uma espécie de ‘periferia inconsistente’ do mundo – a África abriga o centro espacial imaginário da Terra” (p.40), tese facilmente comprovada pelas bem selecionadas ilustrações da obra. Em seguida, os autores comentam as particularidades geofísicas do continente africano, dando destaque para a existência de ilhas, lagos e rios, que despontam em meio às savanas e florestas equatoriais que recobrem o território.

Outro tema abordado por Serrano e Waldman é o tráfico de escravos. Os autores discutem questões referentes à escravidão nas sociedades tradicionais africanas, apontando as diferenças entre a condição de escravo nos países ocidentais e, anteriormente, na África, onde a escravidão era um “produto social” que envolvia “relações sociais, militares, econômicas, jurídicas e políticas, colocando frações da sociedade muito mais numa situação de servidão do que como simples mercadoria” (Serrano e Waldman, 2007). A escravidão existente no continente era bem diferente da escravidão racial imposta pelos europeus no chamado tráfico atlântico.

Na obra *A temática africana em sala de aula*, os autores falam ainda sobre a presença europeia na África e o colonialismo dos países africanos. Os autores conferem relevo às formas de resistência dos africanos e à dificuldade que significou a ocupação do interior do continente. Essa dominação teve, sobre o continente, os efeitos devastadores que advieram da presença dos europeus que, ávidos de “civilização”, introduziram profundas mudanças no continente africano. Notamos assim, que os autores tinham como objetivo

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

mostrar a África como um continente rico e diverso e os africanos como protagonistas da sua história e não apenas como seres passivos ou coadjuvantes da colonização europeia.

A análise dos livros didáticos do componente curricular de História adotados pelas escolas da rede municipal para o período de 2017 a 2019, bem como entrevistas com discentes e docentes da mesma, além da revisão bibliográfica de autores que discutem as questões relacionadas ao Ensino de História, estudos da cultura negra e do continente africano permitem identificar a falta de fronteiras entre o que é História do Brasil e o que é História da África, visto que muitos autores insistem em estabelecer conexões entre o ensino da História do Brasil e História da África. Segundo Lima<sup>3</sup>,

O ensino de História da África é constituído de inúmeros problemas, dos quais, um dos mais importantes seja o estabelecimento dos limites entre o que é de fato pertencente ao continente africano, e o que se constitui em suas representações. (LIMA, 2016)

Atualmente, o livro didático tornou-se objeto de estudo para muitos pesquisadores devido a sua importância e ao impacto que este traz para a sociedade. Diante disso, cabe ressaltar que as análises dos manuais didáticos podem oferecer ao olhar perspicaz do historiador, informações sobre o cotidiano da educação brasileira, como também, apontar falhas, ausências e lacunas que foram se cristalizando com o tempo. Também é importante ressaltar que o livro didático não deve ser visto como um monumento, inquestionável e que seu uso independe da ação e performance do docente.

Assim, as abordagens dos conteúdos referentes à história do continente africano, e sua efetiva aplicação ainda é um desafio para educadores e educadoras de todo país. Uma conquista que podemos destacar neste cenário é a implementação da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino dos conteúdos com foco para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas públicas e privadas do país. O objetivo da lei é amenizar as disparidades raciais, além de inserir no currículo o acesso a um mundo cultural rico e ainda desconhecido.

Sem desconsiderar a sua importância, o professor Ivaldo Lima traz algumas considerações importantes a respeito da lei 10.639/03 e a história da África. Para o autor há duas questões a serem observadas em relação a este tema

A primeira diz respeito à certa insistência em “confundir” a história dos “negros” brasileiros com o continente africano, como se tal aspecto constituísse uma continuidade ou mera questão linear [...] A segunda questão,

<sup>3</sup>LIMA, Ivaldo Marciano de França. Possui doutorado pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente é professor do campus DEDC II (Alagoinhas) e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos Povos Indígenas e Culturas Negras- Campus I.



**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

diretamente relacionado com a primeira, diz respeito ao fato de que a lei 10.639 contribui, devido a seu texto, para que persista a ideia de que a história do

continente africano possui liames diretos com a história dos “negros” e “negras” aqui estabelecidos ou nascidos há muitas gerações (LIMA; 2018)

Com a institucionalização desta Lei, as escolas e universidades precisam modificar os seus programas de conteúdos, inserindo a história da África e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares. No entanto, é válido salientar que muitos professores das escolas públicas no Brasil não possuem formação específica na área de atuação e muitas vezes não se atentam para as mudanças que ocorrem no cenário atual. Diante desta realidade é possível encontrar professores descomprometidos com a qualidade da educação e que perpetuam de forma negligente as representações do continente africano, onde o negro é sinônimo de bárbaro, incivilizado, escravizado e outros termos que já foram apresentados neste texto.

#### **A lei 10.639/03 e novas perspectivas para a educação no Brasil.**

A Lei 10.639/03 publicada no Diário Oficial da União, em 10 de janeiro de 2003 institucionaliza o ensino de História e Cultura Afro-brasileiro e Africana nas escolas públicas e privadas de todo o país e é resultado da luta de movimentos sociais negros. Uma das formas para se fazer cumprir a lei foi a colocação dessa temática nos livros didáticos.

O texto da Base Nacional Comum Curricular na área de história traz a maior parte das indicações para a construção de conteúdos com foco em Educação para as Relações Étnico Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e quilombola, respaldados nos conceitos de “formação dos povos”; condições sociais, diversidade cultural e cidadania tendo em vista o acumulado dos séculos de formação da civilização brasileira e as relações advindas de conflitos e modificação de conceito. Como afirma Cunha

Além de sermos uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, a abolição foi realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra. Ao contrário, as políticas republicanas sempre foram da “negação do Brasil” e da europeização do país. As políticas cultural e educacional são exemplos importantes deste esforço, onde nós encontramos uma constante “folclorização”,

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

simplismos, desprezo e perseguição à cultura africana e afrodescendente (CUNHA JUNIOR, 2008: p. 7).

Se as leis por se só não conseguem transformar as pessoas, não podemos dizer o mesmo sobre a educação. Parafraseando Paulo Freire, a educação não pode mudar o mundo, mas muda as pessoas e as pessoas podem mudar o mundo. Nas palavras de Behrens (2006, p. 16) “A educação tem papel relevante nesse movimento de reconstrução, pois precisa propiciar meios para soterrar o paradigma conservador vigente e com ele o processo de injustiça, a visão individualista e competitiva, a violência e o desrespeito aos direitos humanos”.

Diante do que foi colocado, cabe aos professores e professoras buscarem meios, alternativas e trabalhos pedagógicos para além dos livros didáticos que são disponibilizados pelo governo federal, que lhes proporcione o conhecimento científico, acadêmico e prático para enfrentarem os desafios que são postos pela sociedade atual. E que sejam capazes de fazer da educação, uma ferramenta de transformação social, na luta pela equidade e pelo respeito as diferenças.

Alguns professores de história da rede municipal, quando questionados sobre a Lei 10.639 alegaram que conhecem a lei, sabem da sua importância, mas afirmam que ela não é pensada durante o planejamento, e que nunca foi pauta de estudo nos horários de (AC) Atividades Complementares nas escolas onde trabalham. Alguns professores pontuaram que a maioria dos alunos matriculados na rede municipal de ensino são negros ou pardos, por tanto, conhecer a história dos negros no Brasil, sua cultura rica e diversa é antes de tudo um direito destes alunos e um dever do estado assegurar este direito.

É preciso destacar que a Lei 10.639/03 além de incluir novos conteúdos, também provoca um repensar sobre as relações sociais e étnico-raciais, assim como uma reflexão sobre os procedimentos de ensino, as ações pedagógicas e os objetivos da educação nas instituições escolares. É um novo olhar e uma mudança de postura sobre a história afro-brasileira. É uma transformação nas práticas pedagógicas, na esperança de mudanças no histórico atual em que se encontra a população negra do país e seus descendentes.

Assim, a lei 10.639/03, conquista dos movimentos negros, é considerada por muitos como uma ação afirmativa e tem como objetivo eliminar as desigualdades seja de raça, etnias, religiões, gênero e promover o respeito a diversidade. Para Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...] essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.16)

Mesmo reconhecendo a sua importância é preciso ressaltar que o texto da lei 10.639/03 traz alguns equívocos no que diz respeito aos conceitos de afrodescendente, afro-brasileiro e africano usados na narrativa como se estes fossem sinônimos. Além disso, são notórios a visão eurocêntrica e o reflexo do pan-africanismo<sup>4</sup> no texto da lei. Segundo Lima,

Analisar os conceitos de “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “africano” requer um misto de paciência com os critérios que não conseguem sair do lugar de militantes, e coragem de enfrentar possíveis interpretações distorcidas de suas palavras. Estes conceitos que me referi estão de certa forma, consagrados como sinônimos para nomear os “não brancos” e isto agrega problemas no exercício daquilo que deveria ser feito sem maiores problemas por parte do historiador. (LIMA, 2018, p143)

A discussão encetada pelo doutor Ivaldo Lima nos permite pensar nas implicações que o uso destes conceitos como sinônimos podem acarretar nos trabalhos desenvolvidos por historiadores e outros pesquisadores do tema em questão. Lima (2018) enfatiza que os conceitos não são apenas nomes, eles servem para traduzir fenômenos. Ele conclui a análise da lei 10.639 com as seguintes palavras

Não posso deixar de esboçar meu profundo otimismo em relação à nova leva de trabalhos que estão sendo gestados tanto sobre as práticas culturais, como sobre as religiões de terreiros, assim como da própria história da África. E neste sentido não se devem desconsiderar os aspectos positivos existentes na lei 10,639, a começar pelo aumento do interesse das editoras em obras que tragam esse assunto como foco. (LIMA, 2018, p165)

Diante do que foi posto, este artigo busca refletir como a Lei 10.639/2003 está atuando nos livros didáticos de História e faz os seguintes questionamentos; será que as transformações e avanços a respeito da história da África no campo da pesquisa chegaram efetivamente ao ensino? O grande número de obras sobre a história da África que veio à<sup>4</sup>O pan-africanismo é um movimento de caráter social, filosófico e político, que visa promover a defesa dos direitos do povo africano, constituindo um único Estado soberano para africanos que vivem ou não na África. Os principais idealizadores da teoria pan-africanista foram Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo>

tona em recentes publicações, servirá para novas revisões sobre a história de povos que enfrentaram situações extremas, como a escravização racial?

<sup>4</sup>O pan-africanismo é um movimento de caráter social, filosófico e político, que visa promover a defesa dos direitos do povo africano, constituindo um único Estado soberano para africanos que vivem ou não na África. Os principais idealizadores da teoria pan-africanista foram Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo>

**O livro de História como fonte de conhecimento; construindo e “des”construindo conceitos.**

Desconstruir e construir conceitos sobre alguns conteúdos que estão arraigados no imaginário popular não constitui tarefa fácil para o historiador. Um continente com uma diversidade econômica e cultural tão grande, a África é apresentada nos livros, como um lugar de atraso, selvagem e pobre, herança do sistema de escravidão racial imposto pelos colonizadores no chamado tráfico atlântico. Não se trata de negar os fatos ocorridos e os problemas que assolam a maioria dos países do continente. O que está em pauta neste debate é como os aspectos negativos ocupam todo o espaço destinado aos conteúdos sobre o continente africano, enquanto os aspectos positivos, suas riquezas naturais, minerais, a diversidade de povos e culturas, são negligenciados ou relegados a segundo plano.

Outro fator de grande importância para esta análise são as imagens, postas para enfatizar as informações do texto, na maioria das vezes contribuem para a construção de representações e estereótipos sobre os povos do continente africano. A África não é só pobreza, fome e epidemias. A África é o berço de grandes civilizações, apresenta uma cultura rica e diversificada e uma grande variedade de idiomas e dialetos, além de ser o maior produtor mundial de diamantes, entre outras riquezas que fazem deste, o continente dos contrastes.

O ensino de História não aceita mais apenas a repetição de fatos em diferentes tempos históricos, é preciso que professores e alunos reflitam sobre os conteúdos abordados e que esta reflexão contribua com a formação de sujeitos críticos e atuantes. De acordo com Hermeto

A abordagem didática da História, como disciplina escolar, visa tanto promover a compreensão dos estudantes da educação básica acerca de conflitos e contradições sociais vivenciados em outros tempos históricos, quanto refletir sobre os traumas e as situações de exclusão social contemporâneos por eles engendrados – como o racismo, o elitismo, a misoginia e a intolerância política. HERMETO (2015, p. 01),

A coleção de livros didáticos escolhida para a análise a seguir é História: Sociedade & Cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior. A coleção é composta de quatro volumes

que abrange as séries equivalentes do 6º ao 9º ano do Ensino fundamental. A obra analisada é fornecida às escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro

<sup>4</sup>O pan-africanismo é um movimento de caráter social, filosófico e político, que visa promover a defesa dos direitos do povo africano, constituindo um único Estado soberano para africanos que vivem ou não na África. Os principais idealizadores da teoria pan-africanista foram Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo>



Didático do Governo Federal. A coleção foi escolhida pelos professores da rede municipal de ensino em assembleia, organizada pelo departamento de coordenação pedagógica do município. Esta coleção terá validade para o período de 03 anos e será utilizada pelos alunos matriculados na rede pública municipal de 2017 a 2019.

No livro do 6º ano da coleção supracitada, no capítulo 2, intitulado Cultura, patrimônio e tempo, o autor traz um subtítulo A valorização das matrizes africana e indígena, percorrendo em três parágrafos a contribuição desses povos para a formação da cultura brasileira. E, entre tantas contribuições dadas por estes povos, o autor, foi muito econômico quando citou apenas o Tambor de crioula do Maranhão, como exemplo de bens culturais de matriz africana. Neste conteúdo o livro didático “cumprir” a obrigatoriedade da Lei imposta no que se refere a inserir o conteúdo a história e a cultura dos negros no Brasil, no entanto, existem limites quanto a ausências e à forma de como está sendo representada à África.

No capítulo A pré-história brasileira, o autor traz uma chamada “Da África para outros continentes”, onde cita que a maioria dos estudiosos concorda que o local de origem do ser humano foi o continente africano. A imagem para esta chamada é uma foto do grupo musical The Beatles. A impressão que temos, é que a música Lucy In The Sky with Diamonds dos Beatles, ouvida no acampamento na noite do achado, recebe mais destaque por parte do autor que a descoberta de um dos mais antigos esqueletos já conhecidos.

Chegando ao capítulo 7 ainda do livro do 6º ano, encontramos o conteúdo O Egito antigo e o Reino de Kush. Estes povos, recebem um capítulo com mais de 10 páginas, o que nos faz pensar na importância das contribuições destas civilizações para a humanidade. O que nos intriga neste capítulo em questão, é que a localização geográfica destes povos é sutilmente ignorada. Segundo o professor Dr. Carlos WEDDERBURN<sup>5</sup>

No caso da África, chegou-se a afirmar que a civilização do Egito faraônico tivesse sido trazida de fora por misteriosos povos de pele branca, supostamente vindos do Oriente Médio. Ou que, as outras antiquíssimas civilizações do continente (Kerma, Kush-Meroé, Axum, Mwenemotapa) tinham sido, presumivelmente, a obra de uma raça camita que até hoje a ciência não consegue localizar em região alguma do planeta. O Egito faraônico foi sumariamente amputado da África e colocado ora na esfera histórica do Mediterrâneo Europeu, ora na esfera histórica do Oriente Médio ou da África

<sup>5</sup>Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia pela Universidade de PARIS-VII (França). Chefe de Pesquisas (Honorary Fellow) na Escola para Estudos de Pós-Graduação e Pesquisa da University of the West Indies (UWI), Kingston, Jamaica.

do Norte, até que um intrépido historiador contestasse virulentamente tamanha impostura de caráter racista. (WEDDERBURN, 2005)

<sup>4</sup>O pan-africanismo é um movimento de caráter social, filosófico e político, que visa promover a defesa dos direitos do povo africano, constituindo um único Estado soberano para africanos que vivem ou não na África. Os principais idealizadores da teoria pan-africanista foram Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo>

No livro didático do 7º ano, Boullos traz no quarto capítulo o conteúdo, Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubas. A narrativa condiz com a lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura da África e dos negros no Brasil. A apresentação do capítulo é bem didática, com um mapa político da África e imagens de pessoas representando cada um dos povos mencionados. Neste capítulo, o autor apresenta sabiamente as características destes povos, apresentando a diversidade cultural e econômica e em seguida faz um paralelo da participação destes na construção da sociedade brasileira.

Africanos no Brasil: Dominação e resistência, este é o título que o autor traz sobre o continente africano no livro do 8º ano. Neste capítulo, o autor assim como Carlos Serrano e Mauricio Waldman aborda a existência da escravidão no continente africano antes da chegada dos europeus e traz as diferenças existentes entre a escravidão que existia no continente e a escravidão racial imposta pelos colonizadores. O texto segue narrando a origem dos africanos escravizados trazidos para o Brasil e as péssimas condições que estes eram submetidos. Além disso, o autor escreve sobre as lutas e a resistência dos povos negros. As imagens postas, exaltam algumas personalidades negras, bem como, a cultura e as conquistas destes povos.

No livro do 9ºano, o autor traz logo no primeiro capítulo o conteúdo Industrialização e Imperialismo e conseqüentemente traz o “ O Imperialismo na África”. O conteúdo é posto de forma bem reduzida e simplista. Neste capítulo o conteúdo se restringe a ocupação dos territórios africanos pelas nações europeias, enfatizando o eurocentrismo, tanto na narrativa, quanto nas imagens que ilustram os fatos.

Por fim, o autor traz “A independência da África e da Ásia”, no mesmo capítulo. No texto, Boullos escreve sobre a luta dos movimentos pela libertação de alguns países africanos e enfatiza as manifestações contra o apartheid, destacando a importância de Nelson Mandela na luta pelo fim deste regime segregacionista que marcou a vida de inúmeros sul-africanos.

Algumas imagens do continente africano apresentadas nesta coleção ainda reforçam os estereótipos e as representações de um continente atrasado, pobre e incivilizado. No entanto, comparando com livros de outras coleções, as imagens apresentadas na coleção

analisada, trazem uma mudança sutil, destacando a diversidade cultural dos povos e as contribuições destes, na formação da cultura brasileira.

O ensino da história da África seja na educação básica ou no ensino superior apresenta, muitos problemas de interpretação, com os quais os professores e pesquisadores nunca encontrarão ao percorrer a história de outros povos. Ninguém questiona a inteligência, o dinamismo e a capacidade de empreender dos outros povos. Se aceita facilmente que os povos, nipônicos, mongóis, ou os povos mongoloides indígenas das Américas, desenvolveram formas de escrita, construíram impressionantes complexos arquitetônicos, realizaram descobertas científicas, ou criaram sistemas filosóficos e religiosos originais e, de modo geral, protagonizaram suas respectivas histórias sem intervenção de forças externas.

A partir do que foi analisado para construção deste artigo, por meio dos livros didáticos selecionados, do estudo da lei 10.639/03, e outras fontes de pesquisa, bem como do diálogo com os professores de história da rede municipal de ensino de Valente-Ba, é possível constatar que a obrigatoriedade do ensino da história da África no Brasil está certamente atrelada a múltiplas interações do corpo social brasileiro e é responsável por estimular o que há de melhor, mas ainda não foi capaz de exterminar práticas ligadas a um passado escravista mal assumido.

Ou seja, todas essas ações, incluindo a lei supracitada procuraram não somente valorizar a cultura e história africana, como o reconhecimento da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação. São ações afirmativas no sentido de que reconhecem a escola como lugar de formação de cidadãos e afirmam a sua relevância em promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.

O professor responsável da missão do ensino da história, dos povos e das civilizações da África, dificilmente poderá permanecer insensível a todas essas considerações. Penso que, pelo contrário, a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência na medida em que a sua sensibilidade empática para a matéria e para o seu entorno social seja elevado.

## **Referências**

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor. Desigualdade e Diferença na construção e desconstrução do Escravismo Colonial.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigma da complexidade. Metodologia de 64 projetos, contrato didático e portfólios.** Petrópolis: Vozes, 2006.

BITENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: O saber histórico na sala de aula. SP: Contexto, 2002, p.72.

BOULLOS Junior, Alfredo. **História Sociedade e Cidadania**, 3.ed-São Paulo:FTD, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A história africana e os elementos básicos para o seu ensino.**In.COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org). Negros e currículo. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HERMETO, Miriam; FARIA, Raquel Neves de; PALHARES, Leonardo M. **A abordagem dos “passados dolorosos” nos livros didáticos de História.** – Belo Horizonte: UFMG, 2015.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Uma experiência docente: reflexões sobre História da África e razões para desracializar o que nunca deveria ter sido racializado.** Revista África (s), v. 03, n. 06, p. 07-19, jul./dez. 2016

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África no Brasil: novas interpretações,** Recife: Bagaço, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de livros didáticos para os anos finais do ensino fundamental - PNLD/2008.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008, p.32. Disponível em:[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnld\\_08\\_edit.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnld_08_edit.pdf). Acesso em:21 jun. 2019.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Disponível em: <[http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/250\\_Porque%20ensinar%20a%20%C3](http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/250_Porque%20ensinar%20a%20%C3)

%80fri ca%20na%20Escola%20Brasileira%20-%20%20kabengeleMunanga.pdf  
>Acesso em 22 de março de 2019.

SERRANO, Carlos, WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2007.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da história da África no Brasil.** Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849149/mod\\_resource/content/1/WEDDERBURN,%20Carlos.%20Artigo%20cient%3ADfco.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849149/mod_resource/content/1/WEDDERBURN,%20Carlos.%20Artigo%20cient%3ADfco.pdf)> Acesso em 10 de abril de 2019

<sup>4</sup>O pan-africanismo é um movimento de caráter social, filosófico e político, que visa promover a defesa dos direitos do povo africano, constituindo um único Estado soberano para africanos que vivem ou não na África. Os principais idealizadores da teoria pan-africanista foram Edward Burghardt Du Bois e Marcus Musiah Garvey. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pan-africanismo>